



CHEVROLET SERVIÇOS
FINANCEIROS

Banco GMAC S.A.

Demonstrações Financeiras

Consolidadas em IFRS

31 de dezembro de 2014

Banco GMAC S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Índice

1- Relatório dos auditores independentes	1
2- Balanços Patrimoniais consolidados.....	3
3- Demonstrações consolidadas do resultado	4
4- Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	5
5- Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	6
6- Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	7
7- Notas explicativas às Demonstrações financeiras consolidadas.....	8



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco GMAC S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco GMAC S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

O Banco GMAC S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentado separadamente, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, contendo ressalva sobre a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 20 de março de 2015.

São Paulo, 20 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Banco GMAC S.A.

Balancos Patrimoniais Consolidados
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVO			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	525.124	397.206
Ativos Financeiros para Negociação	8	30.792	58.577
Empréstimos e Recebíveis	9	12.237.684	10.457.144
Créditos Tributários	16	574.339	584.171
Outros Ativos	12	1.331.774	1.272.377
Ativo Imobilizado	10	7.502	5.502
Ativo Intangível	11	2	12
Total do Ativo:		14.707.217	12.774.989
PASSIVO			
<u>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</u>			
Depósitos de Instituições Financeiras	13	8.819.448	8.162.025
Depósitos de Clientes	14	1.267.753	1.023.090
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	15	1.846.057	1.071.430
Passivos Fiscais	16	35.460	129.714
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	833.745	796.192
Outros Passivos	18	238.040	193.467
Total do Passivo:		13.040.503	11.375.918
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido atribuível ao controlador			
Capital Social	19	1.387.899	1.268.295
Reservas	19	203.562	183.169
Lucros (prejuízos) acumulados		75.218	- 52.421
Total do patrimônio líquido do controlador		1.666.679	1.399.043
Participação de Acionistas não Controladores		35	28
Total do Patrimônio Líquido:		1.666.714	1.399.071
Total do Passivo e Patrimônio Líquido:		14.707.217	12.774.989

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RESULTADO			
Receitas de Juros e Similares	3	2.436.796	1.938.661
Despesas de Juros e Similares	3	(1.605.959)	(1.056.829)
Resultado Líquido de Juros e Similares		830.837	881.832
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e	9c	(156.378)	(186.944)
Receita (Despesa) Líquida com Ativos Financeiros para Negociação	4	13.363	3.019
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5	153.018	203.331
Despesas de Pessoal	5	(88.722)	(77.955)
Despesas de Serviços de Terceiros	5	(140.341)	(100.934)
Depreciação de Imobilizado	10	(1.899)	(1.647)
Amortização de Ativos Intangíveis	11	(837)	(1.934)
Outras Despesas Operacionais	5	(369.324)	(362.065)
Lucro Antes dos Impostos		239.716	356.703
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	16	(33.844)	(133.923)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	(9.832)	7.279
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		(43.676)	(126.644)
Lucro Líquido do Exercício		196.040	230.059
Atribuível a Controladora		196.033	230.058
Atribuível aos Não Controladores		7	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro Líquido do Exercício	196.040	230.059
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>196.040</u>	<u>230.059</u>
Atribuível a Controladora	196.033	230.058
Atribuível aos Não Controladores	7	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador</u>	<u>Patrimônio Líquido Atribuível aos Não Controladores</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>1.268.295</u>	<u>83.881</u>	<u>(120.591)</u>	<u>1.231.585</u>	<u>27</u>	<u>1.231.612</u>
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício			230.058	230.058	1	230.059
Destinações:						
Reservas	-	99.288	(99.288)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(62.600)	(62.600)	-	(62.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.268.295</u>	<u>183.169</u>	<u>(52.421)</u>	<u>1.399.043</u>	<u>28</u>	<u>1.399.071</u>
Aumento de Capital	119.604	-	-	119.604	-	119.604
Lucro líquido do exercício			196.033	196.033	7	196.040
Destinações:						
Reservas	-	20.393	(20.393)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(48.001)	(48.001)	-	(48.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>1.387.899</u>	<u>203.562</u>	<u>75.218</u>	<u>1.666.679</u>	<u>35</u>	<u>1.666.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	196.040	230.059
Ajustes ao Lucro:		
Itens que não afetam caixa incluídos no Lucro	201.334	117.618
Depreciação	1.899	1.647
Amortização	837	1.934
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	156.378	186.944
Atualizações para Depósito em Garantia e Impostos a Compensar	(58.922)	(39.283)
Provisão (Reversão) de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	91.441	(26.345)
Lucro (Prejuízo) na Alienação de Imobilizado	(131)	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.832	(7.279)
Lucro Líquido Ajustado	397.374	347.677
Ajustes Relacionados com:		
Varição em Ativos e Passivos Operacionais		
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	27.785	(39.912)
(Aumento)/Redução em Empréstimos e Recebíveis	(1.934.613)	(3.046.125)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(57.014)	(109.067)
Aumento/(Redução) em Captações com Bancos (Instituições Financeiras)	667.621	2.006.464
Aumento/(Redução) em Captações com Clientes	244.663	228.271
Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	774.627	679.928
Aumento/(Redução) em Ativos/Passivos Fiscais	75.113	45.300
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	36.026	(24.642)
Aumento/(Redução) em Provisões	(53.888)	(71.336)
	(219.680)	(331.119)
Impostos sobre a Renda Pagos	(104.944)	(109.797)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	72.749	(93.239)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	(5.462)	(2.357)
Alienação de Imobilizado	1.694	1.138
Alienação de Intangível	-	45
Caixa Líquido Originado (Aplicado) de Atividades de Investimento:	(3.768)	(1.174)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento/Integralização de Capital Social	119.604	-
Juros sobre Capital Próprio Pagos	(60.667)	(37.851)
Caixa Líquido Originado de Atividades de Financiamentos:	58.937	(37.851)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	127.918	(132.264)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa em 1º de janeiro	397.206	529.470
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro:	525.124	397.206
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	127.918	(132.264)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco GMAC S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco GMAC S.A. (Banco) e empresas controladas (Grupo GMAC) conduzem suas operações principalmente no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. O Banco GMAC S.A é uma subsidiária integral da General Motors Holdings Participações Ltda. (Holdings), sociedade que tem como único e exclusivo objeto social a participação em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As entidades consideradas na consolidação das Demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. Sua sede está localizada na Avenida Indianópolis, 3.096, na cidade de São Paulo, Brasil.

As Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 19 de março de 2015.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2010, data da adoção inicial. O Banco prepara e divulga as demonstrações financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, a partir de 31 de dezembro de 2010 o Banco passou a se enquadrar nos requerimentos da Resolução do BACEN que requer para instituições constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comitê de auditoria, apresentar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e traduzido para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC).

Na elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.3.

A elaboração foi feita segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mantidos para negociação que foram todos mensurados ao valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 Redução ao

Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades, e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando o Banco:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou têm direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco GMAC S.A., GMAC Administradora de

Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil), GMACI Corretora de Seguros S.A. (empresa não financeira), GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. (empresa não financeira) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das subsidiárias do Banco é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GMACI Corretora de Seguros Ltda.

A GMACI Corretora de Seguros Ltda. foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco GMAC S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.

A GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. foi constituída em 18 de novembro de 1999 e seu objeto social compreende a administração de bens próprios e de terceiros; prestação de serviços em geral e de qualquer natureza, especialmente mão-de-obra, principalmente nas áreas técnicas, administrativas, de cobrança extrajudicial e de sistemas de informática, para pessoas jurídicas no território brasileiro; treinamento, formação e desenvolvimento profissional; participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; e assessoria em gestão empresarial.

No exercício de 2013 sua consolidação ao Banco ocorreu devido à determinação do IFRS 10, em função de sua dependência com o Banco e em 2012 para fins comparativos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais

investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 356, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 17 de dezembro de 2001, alteração posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados. Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente.

O quadro abaixo demonstra o tipo de controle, percentual de participação, total do Patrimônio Líquido e resultado do exercício das entidades consolidadas:

	Tipo de Controle	% de participação	Lucro (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	99,99%	(20.504)	33.199
GMACI Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	99,99%	29.954	112.017
GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.	Controlada	0,00%	6.926	27.417
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	Sociedade de			
Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias	Propósito Específico	0,00%	79.787	735.552
	Total		96.163	908.184

2.2. Usos de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas. Encontram-se disponíveis na nota explicativa nº 2.3 a descrição das políticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:

a) Redução no valor recuperável de ativos financeiros / empréstimos e recebíveis

A política contábil do Banco em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 2.3 (e). Ao determinar se uma perda no valor recuperável deverá ser registrada na demonstração consolidada do resultado, o Banco efetua julgamentos sobre a existência de quaisquer dados observáveis que indiquem a ocorrência de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. A Administração utiliza estimativas com base na experiência de perdas passadas e de perdas que tenham ocorrido, mas não tenham sido identificadas ao estimar seus fluxos de caixa futuros. A nota explicativa nº 9 detalha a movimentação da provisão para redução no valor recuperável do exercício.

Determinar a adequação da provisão obriga a Administração a exercer um julgamento significativo sobre assuntos que são inerentemente incertos, inclusive o cronograma, a frequência e a gravidade das perdas

de crédito que poderia afetar substancialmente a provisão para perdas com empréstimos e recebíveis e, portanto, o lucro líquido.

A determinação da provisão é influenciada por inúmeras suposições e muitos fatores que podem afetar as estimativas de perdas, incluindo a volatilidade de perda em caso de probabilidade de inadimplência, de padrão, e migração de classificação. As principais premissas utilizadas no cálculo da provisão incluem: (1) segregação da carteira com base em características de risco comuns; (2) identificação e estimativa de indicadores de carteira e outros fatores que a Administração acredita que são chave para a estimativa das perdas de crédito incorridas, e (3) avaliação do devedor. A Administração monitora a adequação da provisão e faz ajustes das premissas, quando necessário, para refletir uma estimativa das perdas com empréstimos incorridos na data-base de fechamento, com base na melhor informação disponível naquele momento.

b) Avaliação de instrumentos financeiros

A política contábil do Banco em relação à avaliação de instrumentos financeiros encontra-se descrita na nota explicativa nº 2.3 (d). Os valores justos de instrumentos financeiros contabilizados e não cotados em mercados ativos são determinados através de técnicas de avaliação. Preferencialmente, os modelos utilizam apenas dados de valores cotados no mercado. São utilizadas estimativas pela Administração quando não for possível obter dados observáveis. A nota explicativa nº 06 apresenta a avaliação de instrumentos financeiros com mais detalhes.

c) Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil do Banco para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 2.3 (k). Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributários futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros e reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais, reconhecidos no momento de sua ocorrência, sobre superveniência de depreciação e juros ativos de depósito judicial.

A nota explicativa nº 16 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A política contábil do Banco para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 2.3 (l).

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua, a moeda funcional (reais – R\$), que é também a moeda de apresentação do Grupo GMAC.

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela

taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b) Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo GMAC estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando as receitas e despesas de taxas e comissões não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação ou participação na negociação de uma transação com terceiros, são reconhecidos de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como: (i) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, (ii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda, (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (mantidos para negociação ou voluntariamente designados pela administração), (iv) Empréstimos e recebíveis. O Banco determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Investimentos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento estabelecido que o Banco tenha intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento, representados por investimento em cotas de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC") – Banco GMAC Financiamento a Concessionários. São mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Os rendimentos auferidos a partir desta categoria de ativos são incluídos em "Receita de juros e similares" na conta de resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço os juros auferidos são reconhecidos no resultado pela taxa efetiva de juros e as variações no valor justo são registradas e destacadas em uma linha separada no patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando da alienação, os resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado "Resultado de instrumentos financeiros disponíveis para venda". Não há ativos financeiros classificados como investimentos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

A- Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração consolidada do resultado na conta “Resultado líquido com instrumentos financeiros mantidos para negociação” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação, sendo classificadas na demonstração consolidada do resultado na linha “Resultado líquido com ativos financeiros para negociação”.

B- Ativos e passivos designados a valor justo por meio do resultado

O Banco pode designar seus instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Esse princípio tem como principal objetivo aplicar uma política contábil que torne as demonstrações financeiras mais relevantes e não menos confiáveis, podendo ser aplicado:

- i. Quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes referida como um “descasamento contábil”) que, de outro modo surgiria; ou
- ii. Quando um grupo de ativos ou passivos financeiros for gerenciado e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento.

O Grupo GMAC não designou voluntariamente nenhum ativo ou passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial nos períodos apresentados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, não são classificados como disponíveis para venda e o Banco não pretende vender no curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente ao valor justo, que geralmente é refletido na quantia líquida paga no início da transação, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. Os empréstimos concedidos e contas a receber, após o reconhecimento original, são mensurados ao custo amortizado. Rendas obtidas com o empréstimo e os juros representam os custos de transação, as taxas e comissões são incluídas no valor inicial do empréstimo, sendo calculados pela taxa efetiva de juros e levado para resultado durante o prazo estimado do empréstimo.

(i) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Depósitos de instituições financeiras e de clientes são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de “Despesas de juros e similares”.

(ii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia periodicamente a existência de evidências objetivas de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros sofreu redução em seu valor recuperável. As reduções somente podem ser consideradas incorridas caso existam evidências objetivas de redução no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço patrimonial, e que possam ser estimados de forma confiável os impactos nos fluxos de caixa futuros desse evento (ou eventos).

As evidências objetivas de que um ativo financeiro sofreu reduções em seu valor recuperável incluem dados observáveis que podem ser percebidos pelo Banco nos seguintes eventos de perda:

- Descumprimento das relações contratuais, gerando quebra de contrato;
- Início do processo de falência;
- Problemas financeiros significantes do emissor ou credor;
- Desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde seu reconhecimento inicial, mesmo que essa redução ainda não possa ser identificada em relação aos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - i. Alterações negativas na condição de pagamento dos devedores na carteira; e
 - ii. Condições econômicas, locais ou nacionais, relacionadas a inadimplementos sobre os ativos da carteira.

O Banco avalia se há evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

O valor da perda por redução no valor recuperável é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, sendo descontado à taxa de juros efetiva original do ativo para os empréstimos e recebíveis, que levam em consideração (dentre outros) os percentuais de perda histórica. Reconhece-se uma provisão para o montante da perda incluindo-a na demonstração consolidada do resultado.

Os ativos financeiros cuja redução no valor recuperável não tenha sido determinada individualmente são agrupados para determinação dessa redução em conjunto. A avaliação conjunta inclui uma avaliação das perdas históricas.

O Banco mantém uma provisão para perdas com redução ao valor recuperável (provisão) para absorver as prováveis perdas de empréstimos e recebíveis. A provisão é mantida a um nível em que a Administração considera adequada com base em avaliações trimestrais, avaliações de exigibilidade e experiência histórica de perdas da carteira.

A perda no valor recuperável reconhecida será revertida através do ajuste na provisão se o montante da perda no valor recuperável diminuir em um período posterior e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável. O montante da reversão é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

As operações de varejo consistem em empréstimos com características homogêneas e saldos individuais não significativos. Excluindo certas operações que são identificadas como individualmente *impaired*, a provisão para a carteira de varejo é avaliada coletivamente. A provisão é baseada em avaliações da

carteira que começam com estimativas de perdas incorridas com base em várias análises estatísticas. O Banco alavanca modelos estatísticos, incluindo análises antigas e de migração, com base em tendências de perdas recentes, para assim desenvolver uma reserva de perda incorrida sistematicamente. Estes modelos de previsão de perda estatística são utilizados para estimar perdas e considerar vários indicadores de crédito de qualidade, incluindo, mas não se limitando à perda do histórico de experiência, bloqueios estimados ou padrões baseados em tendências observáveis, inadimplência, e as tendências gerais econômicas e de negócios. A Administração acredita que estes fatores são relevantes para estimar as perdas sofridas e são atualizados em uma base trimestral, a fim de incorporar as informações que refletem o atual ambiente econômico, como as alterações dos pressupostos que poderiam ter um impacto significativo. A fim de desenvolver a melhor estimativa de perdas prováveis inerentes à carteira de crédito, a Administração revisa e analisa a saída dos modelos e pode ajustar as reservas levando em consideração os fatores ambientais, qualitativos e outros que não podem ser capturados nos modelos. A Administração revisa, atualiza e valida seu processo sistemático e pressupostos de perda em uma base periódica. Este processo envolve a análise das informações de perda, uma revisão das tendências de perda e de crédito, uma avaliação retrospectiva de informações de perda real para as previsões de perdas, e outras análises.

As operações de atacado são compostas por empréstimos com características heterogêneas e saldos individuais significativos. Estes empréstimos são avaliados individualmente e o risco é mensurado com base no devedor e em informações específicas da indústria, que a Administração acredita ser relevante para determinar a ocorrência de um evento de perda e mensurar a provisão. Um empréstimo é considerado *impaired* quando é provável que não seja capaz de liquidar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais, com base em informações e eventos atuais. A Administração estabelece provisões específicas para operações de atacado determinadas a ser *impaired* individualmente com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontada a taxa dos empréstimos de juros efetiva. Além das provisões específicas para empréstimos *impaired*, os empréstimos que não são identificados individualmente como *impaired* são agrupados com base nas características semelhantes do risco e avaliações coletivas. Estas provisões são baseadas na experiência histórica de perdas, concentrações, condições econômicas atuais e as tendências de desempenho dentro de localizações geográficas específicas. A experiência histórica de perdas da carteira de atacado é atualizada trimestralmente para incorporar os mais recentes dados que reflitam o ambiente econômico atual.

Um empréstimo, quando irrecuperável, será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a determinação do montante da perda, a conclusão de todos os procedimentos necessários e após 360 dias em atraso.

O Banco não considera garantias no desenvolvimento da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios, o Grupo GMAC avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são reconhecidos como baixa ou venda final porque o Grupo GMAC retém substancialmente todos os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de inadimplência do devedor original.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

f) Reclassificação de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros classificados como “mantidos para negociação” são permitidas

em circunstâncias específicas. Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação podem ser reclassificados para outra categoria se no curto prazo não houver a expectativa de negociar tais ativos. Deverão ser reclassificados os ativos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver a intenção ou a capacidade financeira de mantê-lo até o vencimento. Os empréstimos e recebíveis são reclassificados quando houver intenção de negociação por parte da Administração e o aparecimento de um mercado frequentemente negociado. Para se reclassificar um instrumento financeiro mensurado a valor justo através do resultado, os ganhos e perdas já reconhecidos no resultado não serão revertidos e o valor justo do instrumento financeiro na data de sua reclassificação deverão se tornar o seu novo custo. Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos substancialmente por gastos com a aquisição ou desenvolvimento de softwares, e suas amortizações são efetuadas pelo prazo de vida útil estimado.

Desenvolvimento de software

Os custos relativos ao desenvolvimento ou à manutenção de programas de *software* de informática são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de aplicativos de *software* exclusivos e identificáveis, controlados pelo Grupo GMAC e que provavelmente irão gerar benefícios econômicos superiores aos custos após um ano são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na preparação do *software* para uso.

Os ativos intangíveis com vida útil finita (definida) têm seus valores amortizados durante sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil não definida não são amortizados, sendo apenas testados por *impairment*.

h) Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais que refletem a vida útil desses ativos:

- Veículos - 20%
- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de comunicação - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

i) Redução no valor recuperável de ativos intangíveis e ativo imobilizado

Na data-base de divulgação das Demonstrações financeiras, o Banco tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irre recuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo. Ativos intangíveis de vida útil indefinida, que não sofrem amortização, devem ser testados no mínimo anualmente para *impairment*.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Na avaliação da Administração, não há indícios de perda por *impairment* de ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

j) Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento que não são classificadas como arrendamentos financeiros. Quando o Banco arrenda equipamentos e há uma transferência de todos os riscos e benefícios de sua titularidade ao arrendatário, a operação será contabilizada como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros. As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido do Grupo em aberto em relação aos arrendamentos. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica Receita de juros e similares na demonstração consolidada do resultado. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos mantidos para fins de arrendamento a terceiros sob a forma de arrendamentos operacionais são apresentados na rubrica Ativo Imobilizado e depreciados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Os pagamentos a receber são contabilizados linearmente ao longo do prazo do contrato de arrendamento e apresentados na rubrica Outras receitas operacionais na demonstração consolidada do resultado. Não há ativos de arrendamentos operacionais a terceiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido a incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15% sobre o lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras e apresentados pelo seu valor líquido.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica Ativo fiscal diferido e apresentados pelo seu valor líquido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

- ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
- obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das respectivas provisões.

m) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras e operações compromissadas com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente

aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

n) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reservas de capital, Reservas de lucros e Participações de acionistas não controladores. O Capital Social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 19. O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

2.3.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2014:

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor e são aplicáveis para o período de 31 de dezembro de 2014:

- Alteração do IAS 32 (R1) – Instrumentos Financeiros – Apresentação - esta alteração tem como objetivo esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros (apresentação de forma líquida entre ativos e passivos financeiros) no Balanço Patrimonial. Como o Banco não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não teve impactos nas divulgações e montantes reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IAS 36 (R1)– Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Não Financeiros – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. A aplicação dessas alterações não teve impactos materiais nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.
- As alterações da IFRS 10 definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas.

Para se qualificar como uma entidade de investimento, a controladora deve atender todos os seguintes critérios:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento.
- Comprometer-se com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Como consequência às alterações da IFRS 10, foram efetuadas alterações à IFRS 12 e IAS 27 para introduzir novos requerimentos de divulgação para entidades de investimento.

Como o Banco não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10 a partir de janeiro de 2014), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

- O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, a interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação. A interpretação disponibiliza instruções de como diferentes acordos tributários devem ser contabilizados e, principalmente esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica ou questões de continuidade na preparação das demonstrações financeiras não implicam em uma obrigação presente do Banco em pagar um tributo cujo fato gerador ocorrerá em uma operação futura.

O IFRIC 21 deve ser aplicado retrospectivamente. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.3.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, e entrarão em vigor em períodos posteriores a 31 de dezembro de 2014:

- O IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015;
- Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 - Receitas, IAS 11 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pela IFRS 15 para atender a cenários específicos. A IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações. Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- As alterações à IFRS 11 fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3 - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3 e outras normas (como o IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pela IFRS 3 e outras normas de combinação de negócios. As alterações da IFRS 11 aplicam-se prospectivamente para os períodos anuais iniciado em ou após 1º de janeiro de 2016.
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos dos Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações à IAS 16 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38 introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:
 - a) Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
 - b) Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.As alterações se aplicam prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Atualmente, o Grupo usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente.
- Alterações à IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas - As alterações à IAS 16 e IAS 41 trazem a definição de plantas produtivas que atendem à definição de plantas produtivas passíveis de contabilização como imobilizado de acordo com a IAS 16, ao invés da IAS 41. O bem em crescimento

na planta produtiva continua a ser contabilizado de acordo com a IAS 41. As alterações à IAS 16 e IAS 41 aplicam-se prospectivamente para os períodos anuais iniciado em ou após 1º de janeiro de 2016.

A Administração do Grupo GMAC atualmente encontra-se em processo de avaliação do impacto da adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas sobre as suas demonstrações financeiras, mas não espera efeitos relevantes em suas adoções, exceto para o IFRS 9.

2.4. Reconciliação dos ajustes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) e o IFRS.

Reconciliação dos ajustes no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014	2013
Patrimônio líquido divulgado de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	1.545.852	1.345.142
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros	A 51.415	(7.090)
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes	B (91.388)	(92.980)
Cessão de crédito com coobrigação	C (13.526)	(41.152)
Diferimento Comissões de Consórcio e Seguros	D 254.936	231.104
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os Ajustes e IFRS.	E (80.575)	(35.953)
Patrimônio líquido apurado de acordo com o IFRS:	1.666.714	1.399.071

Reconciliação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Lucro líquido do Exercício divulgado de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	129.107	55.841
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros	A 58.505	(752)
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes	B 1.592	41.717
Cessão de crédito com coobrigação	C 27.626	128.234
Diferimento Comissões de Consórcio e Seguros	D 23.832	121.164
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os Ajustes e IFRS.	E (44.622)	(116.145)
Lucro líquido do Exercício de acordo com o IFRS:	196.040	230.059

A- Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros

Para fins do IFRS, em cada data do balanço patrimonial o Banco considera se existe a evidência objetiva de que um ativo financeiro individual ou de que uma carteira de ativos financeiros está com indicação de redução no valor recuperável. Quando há evidência de que um evento de desvalorização ocorreu após a data do reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço patrimonial, e for determinado que os eventos de desvalorização terão um impacto nas estimativas de futuros fluxos de caixa do ativo financeiro individual ou de uma carteira de ativos financeiros, a redução ao valor recuperável é reconhecida baseado no valor contábil atual do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial, comparado com o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, considerando a taxa de juros efetiva do instrumento.

No BR GAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, considerando-se a classificação das operações em níveis de risco que estão diretamente relacionados ao percentual mínimo da provisão a ser constituída, acrescida da provisão adicional pelo julgamento da administração.

As diferenças entre o cálculo de redução ao valor recuperável segundo o IAS 39 e aquela que o Banco considera para fins do BR GAAP, bem como o efeito de provisão sobre o retorno da carteira de contratos cedidos (vide nota explicativa nº 2.4 C) resultaram neste ajuste.

B- Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e recebíveis

Em consonância com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias, tarifas de abertura de crédito e outras taxas inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

C- Cessão de crédito com coobrigação

O Banco realiza cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras, ou seja, os contratos vendidos servem como garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades. Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos cujos vencimentos ocorrerão até 2019.

A partir de 1º de janeiro de 2012 passou a vigorar a Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu novos critérios contábeis para a baixa de ativos cedidos onde há retenção substancial de riscos, como no caso das cessões de crédito com coobrigação e cessões para fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) com aquisição de cotas subordinadas. Anteriormente à Resolução 3.533, de acordo com o BR GAAP nas cessões realizadas pelo Banco com coobrigação, os contratos cedidos eram baixados da carteira ativa e o resultado apurado com a venda dos contratos era reconhecida na data da realização da cessão. Assim para fins de IFRS (IAS 39), em relação às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente captação de recursos pela operação de cessão de créditos. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito passa a ser reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

Em IFRS os saldos de despesas antecipadas e receitas diferidas relacionadas às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533 foram recompostos e registrados no ativo e passivo, respectivamente, que integram os custos e receitas de transação. Adicionalmente os saldos foram reclassificados para a rubrica de Empréstimos e recebíveis.

D- Diferimento de Comissões de Consórcios e de Seguros

Referem-se às despesas de comissões de vendas de cotas de consórcio e receitas de comissões de corretagem de seguros. Segundo o IFRS, as despesas e receitas são diferidas pelo período de validades dos contratos de consórcio e apólices dos seguros.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as comissões de vendas de cotas de consórcio são reconhecidas como despesas diretamente no resultado quando pagas e as comissões de corretagem de seguros são reconhecidas como receitas diretamente no resultado quando recebidas.

E- Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes de IFRS

Para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais, é requerida pelo IAS 12 a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ajustes de Contribuição Social e de Imposto de Renda diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicáveis, pela alíquota vigente de 40% (25% - IRPJ e 15% CSLL).

3. Resultado líquido de juros e similares

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de juros		
Operações compromissadas	38.483	29.125
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.097.050	1.629.028
Rendas com taxa de administração	269.725	252.703
Rendas com corretagem de seguro	31.538	27.794
Outros	-	11
Total de receita de juros	<u>2.436.796</u>	<u>1.938.661</u>
Despesas de juros	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesa de captação	(1.299.304)	(845.368)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(22.594)	(7.469)
Despesas de serviços de terceiros	(197.791)	(164.548)
Operações compromissadas	(86.270)	(39.444)
Total de despesas de juros	<u>(1.605.959)</u>	<u>(1.056.829)</u>
Resultado líquido de juros e similares	<u>830.837</u>	<u>881.832</u>

4. Resultado Líquido com Ativos para Negociação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Títulos privados</u>		
Cotas de Fundos de Investimentos	13.363	3.019
Total	<u>13.363</u>	<u>3.019</u>

5. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras receitas operacionais		
Taxa de permanência	1.777	1.272
Rendas com variação cambial - empréstimos em moeda estrangeira	978	173
Reversão de provisões operacionais	12.054	26.134
Reversão de provisão para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	45.716	117.416
Atualizações de depósitos judiciais	58.922	38.355
Receita em alienação de bens	2.801	807
Receitas com taxas de manutenção	2.828	3.051
Outras receitas	27.941	16.123
Total outras receitas	<u>153.018</u>	<u>203.331</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas com variações monetárias	(623)	(13.248)
Despesas com ações cíveis	(25.799)	(22.419)
Despesas com custas judiciais	(16.849)	(17.328)
Despesas de transporte	(1.720)	(1.491)
Despesas de promoções e relações públicas	(14.241)	(12.003)
Despesas de comunicação	(16.121)	(18.494)
Despesas de aluguel	(4.228)	(4.060)
Despesas com materiais	(378)	(729)
Despesas com processamento de dados	(30.138)	(31.435)
Despesas com provisões e contingências	(72.440)	(55.433)
Despesas tributárias	(101.262)	(89.068)
Despesas com alienação de bens	(1.470)	(1.239)
Despesas com contribuições com fundo garantidor de crédito	(4.995)	(6.725)
Despesas administrativas	(30.551)	(27.544)
Outras despesas (i)	(48.510)	(60.849)
	<u>(369.324)</u>	<u>(362.065)</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de pessoal		
Proventos	(61.503)	(53.197)
Encargos sociais	(17.726)	(17.056)
Benefícios	(8.697)	(7.120)
Outros	(796)	(582)
Total despesas de pessoal	<u>(88.722)</u>	<u>(77.955)</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas de serviços de terceiros		
Despesas de serviço técnico especializado	(36.235)	(35.761)
Despesas com concessionárias	(86.658)	(26.707)
Despesas de alienação de veículos	(817)	(20.766)
Outras despesas	(16.631)	(17.700)
Total despesas de serviços de terceiros	<u>(140.341)</u>	<u>(100.934)</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos os efeitos de baixa de saldo devedores registrados em contas transitórias relacionadas às operações de cessão de crédito. O reconhecimento dos ajustes somente foi possível a partir da implementação de processo detalhado de reconciliação com cada instituição financeira cessionária, concluído no final do exercício de 2013, resultando no reconhecimento de R\$45.721 a débito no resultado do exercício findo em dezembro de 2013. Em atendimento aos dispositivos regulamentares e de acordo com o Pronunciamento Técnico 23 (CPC 23/IAS 8), a Administração, no uso de suas atribuições, julgou ser impraticável determinar a correção de saldo referentes a períodos anteriores à 31 de dezembro de 2013, haja vista a impossibilidade de obtenção, junto as instituições financeiras cessionárias, de base de dados e outras informações analíticas de composição de valores e saldos para determinar os montantes respectivos que deveriam compor o resultado de cada período. Adicionalmente, a Administração entende que os efeitos mais significativos foram gerados no exercício de 2013, haja vista o substancial incremento nas operações de cessão de crédito. Por esta razão, e dada a impraticabilidade de reapresentação retrospectiva dos valores relativos a cada um dos períodos, os respectivos efeitos contábeis para o período mais recente, ou seja, o período de 2013, são os seguintes:

a) <u>Linha de outras despesas operacionais</u>	Exercício findo em 31/12/2013
	<hr/>
Outras despesas operacionais	316.344
Ajuste descrito acima	45.721
Total de outras despesas operacionais, conforme apresentado na demonstração do resultado	<hr/> 362.065

b) <u>Linha de lucro operacional antes da tributação sobre o lucro</u>	Exercício findo em 31/12/2013
	<hr/>
Lucro operacional antes da tributação sobre o lucro	402.424
Ajuste descrito acima na linha de outras despesas operacionais	(45.721)
Lucro operacional antes da tributação sobre o lucro, conforme apresentado na demonstração do resultado	<hr/> 356.703

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em continuidade e como conclusão do processo mencionado acima, foram registrados os ajustes, no montante de R\$ 13.996, produzindo os efeitos demonstrados no quadro a seguir:

a) <u>Linha de outras despesas operacionais</u>	Exercício findo em 31/12/2014
	<hr/>
Outras despesas operacionais	355.328
Ajuste descrito acima	13.996
Total de outras despesas operacionais, conforme apresentado na demonstração do resultado	<hr/> 369.324

b) <u>Linha de lucro antes da tributação sobre o lucro</u>	Exercício findo em 31/12/2014
	<hr/>
Lucro antes da tributação sobre o lucro	253.712
Ajuste descrito acima na linha de outras despesas operacionais	(13.996)
Lucro antes da tributação sobre o lucro, conforme apresentado na demonstração do resultado	<hr/> 239.716

6. Valor justo de Instrumentos Financeiros

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método

de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado;
e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

	31 de dezembro de 2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	30.792	-	30.792
Total	-	30.792	-	30.792

	31 de dezembro de 2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	58.577	-	58.577
Total	-	58.577	-	58.577

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período.

b) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos mantidos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA, CETIP e BM&F Bovespa.

c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Encontra-se a seguir uma comparação entre o valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros do Banco mensurados ao custo amortizado:

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	525.124	525.124	397.206	397.206
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12.237.684	12.675.793	10.457.144	11.120.428
	12.762.808	13.200.917	10.854.350	11.517.634
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras	8.819.448	8.818.922	8.162.025	8.338.000
Depósitos de clientes	1.267.753	1.267.753	1.023.090	1.023.090
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	1.846.057	1.845.667	1.071.430	1.071.430
	11.933.258	11.932.342	10.256.545	10.432.520

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Banco baseadas nas seguintes metodologias:

- i. Os empréstimos e recebíveis não cedidos tiveram seu valor presente recalculado pela taxa da última cessão ocorrida no exercício;
- ii. Os passivos financeiros cujas respectivas taxas são pré-fixadas, foram recalculadas com base no

CDI acumulado da data da operação até a data-base considerando o *spread* médio das operações iniciadas no último mês do exercício.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e expectativa de realização.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades em moeda nacional	100.565	11.072
Disponibilidades em moeda estrangeira	160	134
Aplicações no mercado aberto	424.399	386.000
Total	<u>525.124</u>	<u>397.206</u>

- (i) As aplicações no mercado aberto em 31 de dezembro de 2014 apresentavam montantes de R\$ 424.399 (R\$ 386.000 em 2013), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN).

8. Ativos Financeiros para Negociação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Títulos privados</u>		
Cotas de Fundos de Investimento	30.792	58.577
Total	<u>30.792</u>	<u>58.577</u>

9. Empréstimos e Recebíveis

a) Composição da carteira

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Operações de Varejo</u>		
CDC Veículos	10.058.859	8.575.344
Operação de Arrendamento Mercantil	26.654	91.508
Total de Operações de Varejo	<u>10.085.513</u>	<u>8.666.852</u>
<u>Operações de Atacado</u>		
Financiamentos de Veículos	2.054.345	1.762.080
Financiamento de Peças	279.174	203.002
Total de Operações de Atacado	<u>2.333.519</u>	<u>1.965.082</u>
Total de Empréstimos e Recebíveis	<u>12.419.032</u>	<u>10.631.934</u>
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	(181.348)	(174.790)
Total Líquido de Empréstimos e Recebíveis	<u>12.237.684</u>	<u>10.457.144</u>

b) Composição da carteira por indexadores

	2014		2013	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	10.085.513	81,21%	8.666.852	81,52%
Pós-fixado	2.333.519	18,79%	1.965.082	18,48%
Total	12.419.032	100,00%	10.631.934	100,00%

c) Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2014	2013
Saldo no início do exercício	(174.790)	(150.663)
Constituição / reversão de provisão	(156.378)	(186.944)
Baixas para prejuízo	149.820	162.817
Saldo no fim do exercício	(181.348)	(174.790)

d) Recuperação de crédito

Durante o exercício, foram registradas receitas com créditos recuperados no montante de R\$ 55.780 (R\$ 53.389 em 31 de dezembro de 2013).

e) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2014 existiam contratos renegociados no montante de R\$ 1.530 (R\$ 1.395 em 31 de dezembro de 2013).

10. Ativo imobilizado

A tabela abaixo apresenta a composição da movimentação do ativo imobilizado:

	2014				Total
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	
Custo					
Saldo no início do exercício	2.939	32	2.122	5.278	10.371
Aquisições	619	35	218	4.590	5.462
Alienações	(197)	-	(4)	(2.215)	(2.416)
Custo no final do exercício	3.361	67	2.336	7.653	13.417
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(1.711)	(32)	(1.845)	(1.281)	(4.869)
Adições	(411)	(2)	(247)	(1.239)	(1.899)
Alienações	-	-	-	853	853
Depreciação no final do exercício	(2.122)	(34)	(2.092)	(1.667)	(5.915)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2014	1.239	33	244	5.986	7.502

	2013				
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	2.595	32	2.284	5.204	10.115
Aquisições	344	-	-	2.013	2.357
Alienações	-	-	(162)	(1.939)	(2.101)
Custo no final do exercício	2.939	32	2.122	5.278	10.371
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(1.471)	(29)	(1.712)	(1.527)	(4.739)
Adições	(240)	(3)	(296)	(1.108)	(1.647)
Alienações	-	-	163	800	963
Baixas	-	-	-	554	554
Depreciação no final do exercício	(1.711)	(32)	(1.845)	(1.281)	(4.869)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	1.228	-	277	3.997	5.502

11. Ativo intangível

A tabela abaixo apresenta a composição da movimentação dos ativos intangíveis:

	2014	2013
	Software	Software
Custo		
Saldo no início do exercício	7.342	12.361
Adições	-	-
Baixas	(5.195)	(5.019)
Custo no final do exercício	2.147	7.342
Amortização e impairment		
Saldo no início do exercício	(7.330)	(12.315)
Adições	(837)	(1.934)
Alienações	-	4.974
Baixas	6.022	1.945
Depreciação no final do exercício	(2.145)	(7.330)
Valor contábil	2	12

12. Outros ativos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 17)	869.512	837.273
Adiantamentos para pagamentos	794	244
Impostos e contribuições a compensar	76.137	109.687
Despesas antecipadas	5.210	9.592
Valores a receber de Sociedades Ligadas	101.503	64.426
Comissões de consórcio e seguros	257.189	231.104
Outros	21.429	20.051
Total de outros ativos	<u>1.331.774</u>	<u>1.272.377</u>

13. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos interfinanceiros (i)	3.124.217	2.713.413
Captação via cessão de recebíveis com retenção de riscos e benefícios	5.695.231	5.438.492
Outros	-	10.120
Total de depósito de instituições financeiras	<u>8.819.448</u>	<u>8.162.025</u>

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI com vencimentos até dezembro de 2016, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 13,23% e 13,55% ao ano e captações pós fixadas atreladas a um percentual da variação acumulada do CDI.

14. Depósitos de clientes

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos a prazo (i)	1.267.753	1.023.090
Total de depósitos a clientes	<u>1.267.753</u>	<u>1.023.090</u>

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários – CDB com vencimentos até novembro de 2017, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 7,55% e 13,02% ao ano e captações pós-fixadas atreladas a um percentual de variação acumulada do CDI e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE, com vencimentos até 19 de abril de 2016, sujeitos a remuneração pós-fixada entre 111% e 119%, da variação acumulada do CDI.

15. Outros passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cotas Seniores - FIDC	503.276	501.841
Obrigações por emissão de letras financeiras (i)	1.342.781	569.589
Total de outros passivos financeiros ao custo amortizado	<u>1.846.057</u>	<u>1.071.430</u>

- (i) Letras Financeiras de Investimento – LFI, com vencimentos até 26 de dezembro de 2016, sujeitos a remuneração pré-fixada entre 13,24% e 13,35% ao ano, e remuneração pós-fixada entre 114% e 121% da variação acumulada do CDI.

16. Imposto de renda

Os componentes da despesa de imposto de renda do exercício são:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto corrente		
- Imposto de renda e contribuição social corrente	(33.844)	(133.923)
Imposto diferido		
- Relacionada à constituição e realização de diferenças temporárias	(9.832)	7.279
Total	<u>(43.676)</u>	<u>(126.644)</u>

Conciliação da despesa total de impostos:

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro contábil antes dos impostos	239.716	356.703
Imposto de renda à alíquota nominal de 40% (IRPJ + CSLL)	(95.886)	(142.681)
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto (i)	839	264
Juros sobre o capital próprio	19.201	25.040
Outras adições/exclusões permanentes (ii)	20.715	(15.610)
Doação projeto cultural e artístico	1.800	3.500
PAT	88	55
Constituição de ativo fiscal diferido do ano anterior (iii)	9.543	2.764
Adicional do imposto de renda	24	24
Despesa de imposto de renda apresentada na demonstração consolidada do resultado	<u>(43.676)</u>	<u>(126.644)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda	-18,22%	-35,50%

- (i) As empresas GMAC Administradora de Consórcios Ltda. e da GMAC Prestadora de Serviços e Mão de Obra Ltda. são tributadas pelo regime de Lucro Real com alíquota de 34%, da GMACI Corretora de Seguros Ltda. é tributada pelo regime de Lucro Presumido com alíquota de 34%.

- (ii) Refere-se substancialmente às exclusões dadas pela baixa de contingências fiscais devido à anistia.
- (iii) Reconhecimento contábil de ativo fiscal diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal e base negativa de 2013.

Imposto de renda diferido:

	2014			2013		
	ATIVO FISCAL DIFERIDO			ATIVO FISCAL DIFERIDO		
	BANCO	CNC	GMAPS	BANCO	CNC	GMAPS
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	209.374	71.986	-	217.547	59.286	-
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	276.560	944	-	229.515	877	-
Provisão para devedores duvidosos	208.378	135	-	189.191	135	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	(37.514)	-	-	(62.301)	-	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(132.949)	(902)	(41)	(121.024)	(828)	(41)
Outras diferenças temporárias	43.426	12.291	3.226	94.055	11.630	2.082
Ajustes IFRS	(80.575)	-	-	(35.953)	-	-
Total	486.700	84.454	3.185	511.030	71.100	2.041
	574.339			584.171		

Movimentação dos Impostos Diferidos:

	Constituições / (Realizações)		Constituições / (Realizações)		31/12/2012
	31/12/2014	Líquidas	31/12/2013	Líquidas	
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	281.360	4.527	276.833	(7.130)	283.963
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	277.504	47.112	230.392	(18.774)	249.166
Provisão para devedores duvidosos	208.513	19.187	189.326	62.466	126.860
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	(37.514)	24.787	(62.301)	74.671	(136.972)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(133.892)	(11.999)	(121.893)	(4.405)	(117.488)
Outras diferenças temporárias	58.943	(48.824)	107.767	16.596	91.171
Ajustes IFRS	(80.575)	(44.622)	(35.953)	(116.145)	80.192
Total Líquido	574.339	(9.832)	584.171	7.279	576.892

Passivos fiscais:

	2014	2013
Provisão de Imposto de renda	(25.934)	(93.247)
Provisão de Contribuição Social	(9.526)	(36.467)
Total de Passivos Fiscais	(35.460)	(129.714)

17. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A movimentação das provisões durante o exercício e a segregação entre prazos estimados de encerramento das ações (até 1 ano e acima de 1 ano) estão apresentadas abaixo:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2013	746.239	26.443	23.510	796.192
Constituição (Reversões) líquidas do período	59.682	10.388	21.371	91.441
Pagamentos	(43.397)	(3.653)	(6.838)	(53.888)
Em 31 de dezembro de 2014	762.524	33.178	38.043	833.745
Depósitos em garantia – Outros Ativos (nota 12)	833.251	14.680	21.581	869.512

Segregação entre prazos

	2014		2013	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Ações Judiciais				
Provisão para riscos fiscais	101.049	661.475	-	746.239
Provisão para riscos trabalhistas	5.755	27.423	-	26.442
Provisão para riscos cíveis	7.057	30.986	-	23.511
	113.861	719.884	-	796.192

Riscos Fiscais

As entidades do grupo são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

PIS/COFINS – (R\$ 444.151; R\$ 353.373 em 2013) – as principais teses em discussão são:

- (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por serem as empresas (Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.) não empregadoras a partir de dezembro de 1996;
- (ii) Mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.
- (iii) Despacho decisório não homologando compensação de débitos de COFINS com saldo negativo de IRPJ/CSLL 2001. Perda provável (GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra)

CSLL - (R\$ 233.288; R\$ 303.127 em 2013) – as principais teses em discussão são:

- (i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora – Banco GMAC;
- (ii) Mandado de segurança impetrado para garantir o direito do Banco GMAC de recolher a

CSLL sobre o lucro líquido nos anos-base de 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando, com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94 que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e

- (iii) Mandado de segurança para assegurar à impetrante, Banco GMAC S.A., o direito de recolher a CSLL sobre o lucro líquido no ano base de 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95 que instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia;

IRPJ - (R\$ 54.721; R\$ 74.321 em 2013) – a principal tese em discussão é:

- (i) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do, Banco GMAC S.A., de deduzir prejuízo fiscal sem a limitação de 30% conforme estabelecido pela MP 812/94 e Lei 8.981/95.
- (ii) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco GMAC S.A de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido em sua base de cálculo até o ano base de 1996, leis 9.316/96 e 8.981/95.
- (iii) Mandado de segurança visando anular auto de infração que glosou despesas de provisão com devedores duvidosos excluídas na base de cálculo ano base 1995, pautadas em norma expedida pelo Banco Central do Brasil.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

Os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas podem vir a ser superiores ao valor das provisões constituídas em função da exigência judicial da efetivação de tais depósitos judiciais para continuar discutindo as referidas causas, contudo, a avaliação do risco de perda provável da administração e dos seus assessores legais pode ser inferior ao montante dos valores depositados.

Os depósitos judiciais fiscais são superiores ao valor das provisões constituídas em função de que alguns depósitos são efetuados no decorrer do exercício pelo Lucro Real estimado. No final do exercício, as provisões para contingências são ajustadas pelo Lucro Real e os depósitos judiciais permanecem registrados pelos montantes anteriormente depositados. Adicionalmente, existem valores depositados cujas causas já foram objeto de provisão, porém com o andamento do processo foram avaliadas pela administração e pelos seus assessores legais com risco de perda possível ou remota.

Resumo de passivos contingentes, causas classificadas com risco de perda possível

Segue abaixo os montantes de causas classificadas como risco de perda possível:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fiscais	35.175	27.640
Trabalhistas	6.186	835
Cíveis	17.303	18.539
Total	<u>58.664</u>	<u>47.014</u>

Além das causas referentes aos descritivos acima incluídos, o Banco é parte em ação impetrada pelo Ministério Público, que questiona a atualização de contratos de arrendamento mercantil indexados ao dólar referentes ao período de janeiro de 1999 até janeiro de 2004, cujo valor em discussão é de R\$ 4.310.

18. Outros Passivos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados	70.136	67.135
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.423	8.554
Credores diversos (i)	55.677	19.088
Impostos e Contribuições a Pagar	14.822	18.711
Repasses GMB (ii)	14.049	17.378
Pagamentos a fornecedores	56.064	37.397
Obrigações sociais e estatutárias	-	12.665
Obrigações com pessoal	16.869	12.539
Total de outros passivos	<u>238.040</u>	<u>193.467</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 33.650 refere-se ao recebimento de parcelas de contratos de crédito cedidos que em função do último dia do ano não ter havido expediente bancário, serão regularizadas no primeiro dia útil do mês subsequente.
- (ii) Refere-se substancialmente a financiamentos da modalidade denominada *Floor Plan*, os quais são pagos a General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à compra e efetivação dos contratos.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 1.387.899 (R\$ 1.268.295 em 2013) está representado por 1.145.353.124 ações ordinárias, com valor referencial de R\$ 1,21 (um real e vinte e um centavos).

No segundo semestre de 2013 a empresa General Motors Holdings Participações Ltda., empresa domiciliada no país adquiriu a totalidade de ações no exterior do Banco, passando o capital social do mesmo a ser representado integralmente por ações ordinárias no país.

Em janeiro de 2014, a General Motors Holdings Participações Ltda., realizou um aumento de capital no Banco no montante de R\$ 119.604, homologado pelo Bacen em 05 de fevereiro de 2014.

b) Reservas

O saldo de reservas em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 203.562 (R\$ 183.169 em 2013), é constituído com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Em 2014, a Administração deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 48.001 (R\$ 62.600 em 2013).

d) Lucro Líquido por Ação

2014				
Período		Quantidade de ações	Dias	Média Ponderada do número de ações
01/01/2014	30/01/2014	1.046.874.906	30	86.044.513
31/01/2014	31/12/2014	1.145.353.124	335	1.051.214.511
				1.137.259.024
Lucro Líquido do Exercício				196.040
Lucro líquido por ação básico e diluído – Em R\$ - por lote de mil ações				R\$ 172,38
2013				
Período		Quantidade de ações	Dias	Média Ponderada do número de ações
01/01/2013	31/12/2013	1.046.874.906	365	1.046.874.906
				1.046.874.906
Lucro Líquido do Exercício				230.059
Lucro líquido por ação básico e diluído – Em R\$ - por lote de mil ações				R\$ 219,76

20. Partes relacionadas

O Banco define como partes relacionadas os Diretores, seus familiares próximos, parentes e suas subsidiárias e companhias associadas.

Remuneração da Administração

A remuneração agregada à Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GMAC.

Benefícios de curto prazo

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	5.841	5.477
Remuneração variável	1.363	3.377
Outras	-	555
Total	<u>7.204</u>	<u>9.409</u>

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outras informações – empréstimos e recebíveis

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias ou diretores e seus familiares.

Transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir apresentam os saldos com partes relacionadas no final dos exercícios e montantes reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante os anos de 2014 e 2013.

	2014	
	Controladora(1)	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos - nota 12 (3)	9.981	91.522
Empréstimos e recebíveis (2)	-	(466.956)
Total	9.981	(375.434)
Passivo		
Outros Passivos - General Motors do Brasil	-	(14.049)
Total	-	(14.049)
Receita/(Despesa)		
Receitas de juros e similares	-	379.352
Total	-	379.352

	2013	
	Controladora(1)	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos - nota 12 (3)	837	63.589
Empréstimos e recebíveis (2)	-	(315.044)
Total	837	(251.455)
Passivo		
Outros Passivos - General Motors do Brasil	-	(17.378)
Total	-	(17.378)
Receita/(Despesa)		
Receitas de juros e similares	-	167.176
Total	-	167.176

(1) General Motors Holdings Participações Ltda.

(2) Subsídio pago pela General Motors do Brasil Ltda. que compõe a taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis. A GMB é responsável pelo fornecimento de veículos às concessionárias para que assim o Banco possa atender as necessidades de capital de giro das concessionárias através das operações de atacado.

(3) Os montantes de "Outros Ativos" com "Outras partes Relacionadas" referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors do Brasil relacionados ao subsídio.

Os saldos apresentados nas duas tabelas anteriores surgiram do curso regular dos negócios. Os juros cobrados nas transações de partes relacionadas respeitam as taxas de mercado. Não houve garantias prestadas ou recebidas em nenhuma transação efetuada entre partes relacionadas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram realizadas provisões para devedores duvidosos relacionados a valores devidos por partes relacionadas.

21. Análise de vencimento dos ativos e passivos

A tabela a seguir mostra os ativos e passivos do Banco agrupados por vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data do vencimento contratual. Para alguns grupos que não possuem vencimento contratual definido são utilizadas premissas internas de vencimento.

	2014		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa	525.124	-	525.124
Ativos Financeiros Mantidos para negociação	30.792	-	30.792
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.867.357	5.370.327	12.237.684
Ativo tributário diferido	190.357	383.982	574.339
Outros ativos	313.866	1.017.908	1.331.774
Ativo Imobilizado	-	7.502	7.502
Ativos Intangíveis	-	2	2
Total de Ativos	7.927.496	6.779.721	14.707.217
Passivos			
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>			
Depósitos de Instituições financeiras	4.879.902	3.939.546	8.819.448
Depósitos de clientes	1.092.392	175.360	1.267.753
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	475.914	1.370.143	1.846.057
Passivo fiscal Corrente	35.460	-	35.460
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	113.861	719.884	833.745
Outros passivos	167.906	70.135	238.040
Total de Passivos	6.765.435	6.275.068	13.040.503
Ativos líquidos	1.162.060	504.653	1.666.714
2013			
	Até um ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa	397.206	-	397.206
Ativos Financeiros Mantidos para negociação	58.577	-	58.577
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.847.762	4.609.382	10.457.144
Ativo tributário diferido	101.561	482.610	584.171
Outros ativos	395.615	876.762	1.272.377
Ativo Imobilizado	-	5.502	5.502
Ativos Intangíveis	-	12	12
Total de Ativos	6.800.721	5.974.268	12.774.989
Passivos			
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>			
Depósitos de Instituições financeiras	3.153.638	5.008.387	8.162.025
Depósitos de clientes	724.194	298.896	1.023.090
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	650.554	420.876	1.071.430
Passivo fiscal Corrente	129.714	-	129.714
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	796.192	796.192
Outros passivos	110.664	82.803	193.467
Total de Passivos	4.768.764	6.607.154	11.375.918
Ativos líquidos	2.031.957	(632.886)	1.399.071

22. Gestão de risco

22.1. Introdução

Dada a natureza de suas atividades, o Grupo GMAC está sujeito aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. Destaca-se que não existem exposições cambiais no balanço do Banco GMAC haja vista estratégia global de gerenciamento de risco.

Como boa prática, o Banco assume proativamente a gestão dos riscos inerentes às suas atividades. Nossa filosofia é investir esforços significativos no entendimento da natureza e potenciais efeitos dos riscos assumidos, buscando precificar adequadamente nossos produtos e definir práticas adequadas na gestão do negócio.

Disseminamos essa filosofia em todos os níveis da nossa organização, de tal forma que qualquer usuário, a qualquer momento, possa e deva apontar riscos que eventualmente não são óbvios, assegurando que os mesmos sejam suficientemente avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas da empresa.

Capital e liquidez são críticos para a nossa sustentabilidade, deste modo, otimizamos o equilíbrio entre o risco e retorno, mantendo sempre equalizado os níveis aceitáveis de capital e liquidez.

Estamos comprometidos em proteger a organização no longo prazo, garantindo a viabilidade do nosso negócio.

Buscamos ser reconhecidos pela transparência e valores por nossos clientes, saudáveis por nossos acionistas, competentes e confiáveis por nossos reguladores.

O Banco GMAC S.A. busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. Para fortalecer a Gestão de Riscos por toda organização, foram criadas diversas áreas específicas focadas nos riscos inerentes a cada segmento, a fim de propiciar um adequado e eficaz processo neste tema. Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria (Interna e Externa), Compliance, Controles Internos e Controle de Qualidade, atuando na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos sistêmicos e humanos, harmonizando todos estes aspectos num ambiente de risco controlável e alinhado aos princípios e filosofia da mesma.

Principais Competências

Diretoria Executiva

- Responsabilidade pela definição e execução da estratégia;
- Decidir sobre assuntos gerais de interesse da organização;
- Gestão da visão consolidada de riscos conforme as diretrizes da organização, aprovando as políticas de gestão de riscos e capital.

Comitê de Auditoria

- Recomendar à Diretoria Executiva da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria Executiva da instituição e auditorias independente e interna, a fim de verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações.

Áreas de Riscos:

Atuam nos seguintes segmentos as Áreas de Riscos no Banco GMAC: Crédito, Operacional, Mercado, Liquidez e de Capital. Tais áreas objetivam mensurar e monitorar todos os níveis de riscos, segundo as técnicas e práticas do mercado, bem como de acordo com as normas e requerimentos dos órgãos reguladores e das boas práticas bancárias.

Seguem abaixo as estruturas e suas respectivas competências, além das ferramentas para a gestão dos riscos inerentes a cada segmento.

22.2. Risco de crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco GMAC S.A. estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrangem os seguintes pontos:

- Elegibilidade dos concessionários passíveis de envio das fichas cadastrais de clientes;
- Elegibilidade das garantias a serem utilizadas no processo de concessão;
- Elegibilidade do cliente, onde são avaliadas as seguintes condições:
 - Informações cadastrais do cliente e do avalista (se aplicável);
 - Informações de mercado do cliente, tais como dados de bureau negativo, fontes públicas ou privadas legais;
 - Capacidade de pagamento do cliente e do avalista (se aplicável);
- Condições gerais da operação (percentual de entrada, prazo, produto, etc).

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de: alterações significativas nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado e ocorrências de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Além das condições acima descritas, que englobam as condições mínimas de atuação na concessão de crédito, a avaliação da mesma também é função de uma análise de uma série de fatores / condições pertinentes a avaliação própria de riscos, com foco na ponderação da entre risco e retorno, dentro deste aspecto podemos listar:

Avaliação da capacidade de pagamento do cliente e aval (se aplicável);

- Emprego de modelos estatísticos com atuação na avaliação de probabilidade de não pagamento dos créditos;
- Procedimento de verificação documental;
- Tipo de produto;
- Tipo de garantia;
- Análise julgamental.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Conforme a resolução 3.721 do Banco Central do Brasil define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Para assegurar adequada gestão do risco de crédito foi estabelecido pelo Comitê Executivo o Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC), cujo objetivo é gerir tal risco de acordo com a estratégia adotada pela organização, alinhada às diretrizes da matriz, requerimentos do acordo da Basiléia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

Com o objetivo de manter o risco de crédito em níveis adequados, a área de risco monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de admissão;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado;
- Alterações na política de recuperação de crédito;
- Sugestões na política de precificação.

A área de risco de crédito varejo também atua em parceria com a área de recuperação de crédito na avaliação do portfólio inadimplente. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre buscando 8 alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e conseqüentemente mitigando as perdas de crédito.

Comunicação e informação de Riscos

A área de risco apresenta mensalmente ou tempestivamente, caso necessário, para a alta administração (reunião mensal do GERCV) os indicadores de crédito, indicadores de cobrança, as análises realizadas e o acompanhamento dos projetos / atividades desenvolvidos pela área.

O GERCV, além do diretor de riscos, é composto pelos diretores estatutários do banco (sendo necessária a presença de no mínimo dois deles) e também outros diretores da instituição a depender dos assuntos abordados.

Para o Banco Central do Brasil são disponibilizados, conforme a legislação vigente, informações de clientes e operações relativas à provisão para devedores duvidosos, garantias e outras de acordo com a solicitação do regulador.

Sistema de mensuração

O Banco GMAC S.A. utiliza-se das melhores práticas empregadas pelo mercado para mensurar o risco de crédito, tais como:

- Modelos estatísticos;
- Informações de bureaus externos;
- Acompanhamento do processo de iniciação;
- Análise do perfil do cliente;
- Índices de inadimplência;
- Análise de safras;
- Concentração de riscos;
- Efetividade da recuperação de crédito;
- Aderência dos processos às políticas.

Monitoramento Contínuo

O Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC) é subdividido em dois grupos distintos, sendo eles:

Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo - GERCV:

O grupo executivo de riscos de crédito varejo tem como linha de atuação a análise / avaliação de créditos com limites de até 250 mil dólares de exposição total por cliente. Os principais pontos de atuação são:

- Aplicar o programa de risco de crédito varejo corporativo: integração e adaptação da cultura de risco global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Monitorar potenciais fatores de risco de crédito varejo e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito varejo e suas diretrizes, incluindo aprovação das políticas e procedimentos da área de recuperação de crédito;
- Garantir que as estratégias corporativas do Banco GMAC S.A. (gerenciamento de risco de crédito, políticas e delegações de autoridade) estejam adequadas à estrutura local da empresa;

- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito baseadas no desempenho, taxa de aprovação, safras, tendência de qualidade dos ativos, tipos de riscos, etc;
- Acompanhar os resultados das carteiras (projeção x realização) e propor ações, a fim de mitigar potenciais deteriorações nos indicadores de riscos de crédito;
- Garantir que os modelos de decisão estejam enquadrados nos parâmetros de qualidade definidos pela instituição;
- Garantir que no tratamento das exceções sejam cumpridos os limites estabelecidos pelas políticas internas;
- Monitorar expectativas e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios;

Grupo Executivo de Risco de Crédito Atacado - GERCA:

- Aplicar o programa de risco do crédito atacado corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Monitorar potenciais fatores de risco de crédito atacado e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito atacado;
- Monitorar expectativas e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios;

Monitoramento

O monitoramento do risco de crédito se dá através de vários instrumentos, seguindo sempre as melhores práticas de mercado, dentre elas, podemos destacar:

- Relatórios com visão periódica da carteira, com visão de todo portfólio;
- Relatórios com visão periódica de safras;
- Relatórios das perdas e recuperações de prejuízo;
- Relatórios de acompanhamento das novas concessões de crédito;
- Relatórios de acompanhamento de provisão.

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	525.124	397.206
Ativos Financeiros para negociação	30.792	58.577
Empréstimos e recebíveis (i)	12.237.684	10.457.144
Total	<u>12.793.600</u>	<u>10.912.927</u>

(i) Os valores já encontram-se líquidos de provisão para perdas ao valor recuperável.

Concentrações

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por região geográfica das operações de empréstimo.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Centro-Oeste	1.317.626	808.774
Nordeste	2.703.710	1.878.095
Norte	814.788	551.307
Sudeste	5.142.586	5.589.269
Sul	2.258.974	1.629.699
Total (nota 9)	<u>12.237.684</u>	<u>10.457.144</u>

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pessoa física	9.657.119	8.334.378
Concessionárias	1.913.556	1.664.628
Comércio	653.693	441.420
Industria	13.316	16.718
Total (nota 9)	<u>12.237.684</u>	<u>10.457.144</u>

A tabela abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Exposição	378.705	267.392
% sobre a carteira total	3,05%	2,52%

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte. A tabela abaixo apresenta os valores recebidos em garantia, segregados por segmento da carteira de crédito.

	2014		2013	
	Garantias Primárias	Garantias Secundárias	Garantias Primárias	Garantias Secundárias
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Varejo	21.969.581	-	13.324.027	-
Atacado	2.354.713	3.347.720	1.831.177	810.731
Total	24.324.294	3.347.720	15.155.204	810.731

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a qualidade de crédito por classes de ativos, considerando todos os ativos financeiros expostos a riscos de crédito. Os valores não consideram provisões para perdas com redução ao valor recuperável.

	2014			
	Qualidade alta	Qualidade normal	Qualidade subnormal	Total
Caixa e equivalentes de caixa	525.124	-	-	525.124
Ativos financeiros para negociação	30.792	-	-	30.792
Empréstimos e recebíveis	18.412	10.232.971	1.289.689	11.541.072
Atacado	17.483	1.150.242	1.164.523	2.332.247
Varejo	929	9.082.729	125.166	9.208.824
Total	574.328	10.232.971	1.289.689	12.096.988

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

- Caixas e equivalentes de caixa: Classificação de 100% na qualidade alta, por se tratar de aplicações no mercado aberto realizada com instituições de primeira linha do mercado financeiro, com liquidez imediata e atreladas a títulos públicos;
- Ativos financeiros para negociação: Classificação de 100% na qualidade alta pois, os mesmos estão atrelados a fundos de investimentos cujos investimentos são títulos públicos de renda fixa;
- Empréstimos e recebíveis – Para as operações de varejo, sem qualquer atraso, categorizados: i) Qualidade de crédito “Alta”, aqueles clientes que foram classificados com score acima da média; ii) Qualidade de crédito “normal” aqueles clientes que foram avaliados durante a análise de crédito como sendo de baixo risco e sem qualquer outro restritivo; e iii) Qualidade de crédito “subnormal” aqueles clientes que possuem qualquer apontamento que possa acarretar implicar

em restrições de crédito. Para as operações de atacado, sem qualquer atraso, categorizados : i) Qualidade de crédito “Alta” aqueles clientes que possuem indicadores financeiros acima da média e um nível de garantias adequado para as operações; ii) Qualidade de crédito “normal”, possuem bons índices financeiros e um nível de garantias adequado para as operações; iii) Qualidade de crédito “subnormal” aqueles clientes que apesar de um nível de garantias adequado possuem indicadores financeiros e outros aspectos de riscos aumentados identificados nas análises de crédito. Os critérios de análise de crédito mencionados seguem as políticas internas do Banco.

Retomada de garantias

O Banco possui área interna responsável pela execução das garantias dos empréstimos e recebíveis em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens dados em garantia em leilão público.

Durante o exercício de 2014, os bens retomados pelo Banco atingiram o montante de R\$ 33.778 (R\$ 32.202 em 2013).

Informações Relativas às Operações de Venda ou Transferência de Ativos

Com o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento o Banco conta com a venda de ativos de crédito ao mercado como fontes de captação alternativa/complementar para financiar suas atividades.

A. Venda de Ativos de Crédito ao Mercado - (Operações de varejo com exceção de leasing)

Para esta modalidade de financiamento o Banco adota a venda com retenção de riscos e benefícios, sendo os contratos vendidos como uma garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades do Banco.

Em casos de inadimplemento dos contratos vendidos, o Banco é responsável pela recompra de todas as operações em tal situação, assumindo assim todo o risco de crédito.

As operações cedidas são registradas nos livros do Banco e a alocação de capital regulatório é constituída conforme estabelecido pela legislação.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações cedidas	5.506.540	5.213.360
Total	<u>5.506.540</u>	<u>5.213.360</u>

No processo de venda de ativos de crédito o Banco GMAC S.A. não tem intenção de arbitrar ganho financeiro de curto prazo com a transação, ao contrário disso, paga um prêmio às instituições financeiras pela antecipação dos recebíveis que serão utilizados para o financiamento de suas atividades.

22.3. Risco Operacional

As políticas relacionadas ao processo de gerenciamento de risco operacional do Banco GMAC S.A. estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrangem os seguintes pontos:

- Processo periódico de auto avaliação;
- Categorias de riscos operacionais;
- Avaliação e mensuração dos riscos inerentes e residuais;
- Avaliação de controles de processos;

- Processo de monitoramento dos indicadores de risco;
- Coleta de dados de eventos de perdas operacionais.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de eventos isolados em função de atualização de regulamentação, reavaliação das diretrizes de risco ou outros ajustes.

Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional

Conforme a resolução 3.380 do Banco Central do Brasil define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco GMAC S.A. possui o Programa de Risco Operacional que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar, testar, mitigar, controlar e documentar os eventos de materialização do risco operacional. A gestão do Programa de Risco Operacional é de responsabilidade da equipe de Riscos, monitorada pela Diretoria Executiva.

Para assegurar adequada gestão do risco operacional foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior o Grupo Executivo de Risco Operacional e Controles Internos (GEROCI), cujo objetivo é controlar o risco operacional de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Todos os departamentos contam com pelo menos um funcionário capacitado para analisar os processos, identificar, avaliar os controles e reportar os eventos de materialização do risco operacional.

Estratégias

A área de Risco Operacional promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional (KRI's), fomenta discussões sobre os eventos de risco operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

Comunicação e informação de Riscos

A área de risco apresenta com regularidade ou tempestivamente, no caso de ocorrência de algum evento extraordinário, os resultados das análises realizadas, eventos ocorridos e planos de ação para o Grupo Executivo de Risco Operacional.

Conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, ao final de cada ciclo, é elaborada a matriz de risco contendo a avaliação dos principais processos da organização, bem como uma base de perdas com os eventos ocorridos e capturados no mesmo período.

Sistema de Mensuração

Os riscos operacionais são monitorados e mensurados com o apoio de diversas ferramentas:

- Auto avaliação anual dos processos - potenciais impactos de cada um dos riscos identificados;
- Avaliação da base de perdas operacionais – observação dos eventos e seus respectivos impactos;
- Análise de eventos ocasionais - capturados de forma pontual.

Para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), o Banco GMAC S.A. adota a metodologia Abordagem do Indicador Básico.

Monitoramento Contínuo

Grupo Executivo de Risco Operacional e Controles Internos - GEROCI

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco operacional, Controles Internos e suas diretrizes;
- Aprovar o relatório anual de risco operacional;
- Determinar os níveis de risco operacional aceitáveis para a empresa;
- Garantir o gerenciamento dos diversos tipos de riscos apontados, sistemas de informação e respectivos controles internos utilizados para sua gestão;
- Propor ações destinadas a mitigar e resolver os possíveis problemas operacionais relacionados aos processos chave da empresa;
- Estabelecer e revisar periodicamente KRI's (Key Risk Indicators) que indiquem a materialidade (ou não) das variações dos processos mapeados;
- Estabelecer medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, casos eles ocorram;
- Garantir a coleta de dados de perdas operacionais e revisar periodicamente as informações fornecidas pelas respectivas áreas;
- Garantir que a alta gerência da empresa suporte os Risk Owners na realização da revisão anual, o RCSA (Risk and Control Self – Assessment);
- Desenvolver planos de ação para os riscos considerados como críticos pela empresa, a partir do resultado da revisão anual dos Riscos Operacionais;
- Garantir adequada gestão dos planos de continuidade de negócios em decorrência de desastres e eventos contingenciais;
- Garantir a adequada avaliação de risco e planos de contingência na gestão de fornecedores relevantes ao Banco GMAC S.A.;
- Plano de Continuidade de Negócios (PCN) da GMAC visa reduzir o risco de perdas financeiras e de imagem, provendo a habilidade de recuperar e restaurar suas principais operações em casos de catástrofe, desastre ou interrupção dos serviços e processos críticos. O PCN da GMAC está estruturado e suportado por sistema informatizado corporativo CMS, onde são mapeadas as principais atividades e a forma como serão executadas em contingência, caso seja necessário. A GMAC tem contrato com a General Motors do Brasil para disponibilização de um local de backup site, a qual possui infraestrutura de comunicação de dados e voz que atende de forma satisfatória à necessidade da GMAC em caso de contingência. No mês de setembro de 2014 será realizada a revisão de todos os planos, além de endereçamento dos gaps identificados relacionados à conectividade.

22.4. Risco de Mercado

A política relacionada ao risco de mercado do Banco GMAC S.A. estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos:

- Metodologia de mensuração do risco;
- Classificação das exposições;
- Regra para novos produtos;
- Limites operacionais;
- Teste de estresse;
- Backtesting;
- Indicadores.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores de Risco de Mercado, estratégia comercial e operacional.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado

Conforme a Resolução 3.464 do Banco Central do Brasil define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Para assegurar adequada gestão do risco de mercado foi estabelecido pelo Comitê Executivo o Grupo Executivo de Risco de Mercado (GERM), que tem como objetivo controlar o risco de mercado de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

Com o objetivo de manter o risco de mercado em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pelo Banco GMAC S.A., a área de risco utiliza-se dos seguintes instrumentos:

- Backtesting;
- Teste de estresse.
- Até Dezembro de 2013 era utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR) paramétrico, com o horizonte de tempo de 10 dias e um grau de confiança de 95%. O VaR é uma medida que indica, em montante financeiro, da maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo (*holding period*), dada a probabilidade de sua ocorrência dentro de um certo intervalo de confiança. A partir de Janeiro 2014, a metodologia Economic Value of Equity (EVE) passou a ser utilizada. O EVE consiste na mensuração do impacto no valor presente do fluxo de caixa de ativos subtraído o valor presente dos fluxos de caixa do passivo considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas e permite, assim, a avaliação da exposição ao risco dentro de horizontes mais longos, metodologia mais adequada à carteira de crédito banking do Banco.

Os montantes abaixo representam os valores calculados pelo VaR em 2013 e pelo EVE em 2014, utilizados para alocação de capital para Risco de Mercado para a carteira banking:

	2014	2013
VaR	-	21.628
	2014	2013
EVE	18.355	-

Caso haja necessidade, estabelece correções imediatas conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

Comunicação e informação de Riscos

O risco de mercado é acompanhado pela área de Risco e mensalmente são convocadas reuniões do GERM onde o monitoramento é apresentado para a alta administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente. São fornecidas ainda informações ao regulador conforme legislação vigente.

Sistemas de Mensuração

A partir de Janeiro de 2014 o gerenciamento diário do risco de mercado foi alterado para o sistema

COMPLIANCE RISK fornecido pela SOFTPAR SOLUÇÕES FINANCEIRAS. São produzidos relatórios com o objetivo de acompanhar os limites estabelecidos pelo GERM.

Monitoramento Contínuo

Grupo Executivo de Risco de Mercado – GERM

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de mercado e suas diretrizes;
- Decidir sobre alterações na estratégia e política de risco de mercado, em função do cenário interno/externo;
- Definir a classificação das exposições do Banco GMAC S.A. entre Banking e Carteira de Negociação;
- Deliberar sobre alçadas, limites e indicadores de monitoramento;
- Acompanhar e analisar os indicadores e resultados referentes aos ativos e passivos expostos ao risco de mercado;
- Avaliar o risco de mercado de novos produtos;
- Monitorar potenciais fatores de risco de mercado e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes;
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

22.5. Risco de liquidez

A política relacionada ao risco de liquidez do Banco GMAC S.A. estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Fontes de financiamento autorizadas;
- Regras de gerenciamento do caixa;
- Limite operacional;
- Análise dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Plano de contingência;
- Indicadores;
- Teste anual de estresse.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores da carteira de crédito, estratégia comercial e operacional.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez

Conforme a resolução 4.090 do Banco Central do Brasil define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para assegurar adequada gestão do risco de liquidez foi estabelecido pelo Comitê Executivo o Grupo Executivo de Risco de Liquidez (GERL), que tem como objetivo controlar o risco de liquidez de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global, requerimentos do novo acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

O Banco GMAC S.A. mantém um nível de liquidez adequado para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A gestão de liquidez é responsabilidade da Tesouraria e a área de Risco realiza um monitoramento independente conforme os limites

estabelecidos.

Comunicação e informação de Risco

Os relatórios de liquidez são monitorados de forma independente pela área de gerenciamento de risco através de e-mail enviado diariamente pela área de Reportes Regulatórios para os membros do GERL.

Mensalmente são convocadas reuniões do GERL no qual o monitoramento é apresentado para a alta administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente.

Sistema de Mensuração

O risco de liquidez é monitorado diariamente através do relatório de liquidez, neste relatório consta o limite operacional do caixa estabelecido pelo GERL, a projeção do fluxo de ativos e passivos dos próximos 90 dias e o caixa médio.

Monitoramento Contínuo

Grupo Executivo de Risco de Liquidez -GERL:

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de liquidez e suas diretrizes;
- Estabelecer critérios e limites operacionais para controle de liquidez;
- Revisar planos de funding de médio e longo prazo;
- Monitorar estratégia de liquidez e estrutura ótima para nortear a gestão e risco de liquidez;
- Revisar periodicamente o processo de gerenciamento de ativos e passivos, técnicas e ferramentas para identificar áreas de melhoria;
- Receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de liquidez que devem ter ciência, a fim de decidir quanto a novos produtos e alterações relevantes;
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Tesouraria

- Assegurar o cumprimento da política de liquidez estabelecida pelo Comitê Executivo;
- Administrar o fluxo de caixa conforme a estratégia da instituição quanto à previsibilidade dos desembolsos financeiros, capacidade de funding e gestão dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Definir, planejar e divulgar para a Diretoria Executiva Sênior o Plano de Contingência.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual:

2014	Nota	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Depósitos de instituições financeiras	13	1.245.226	3.145.433	4.428.789	8.819.448
Depósitos de clientes	14	238.190	854.707	174.856	1.267.753
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	15	-	475.914	1.370.143	1.846.057
Total		1.483.416	4.476.052	5.973.790	11.933.258

2013	Nota	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Depósitos de instituições financeiras	13	367.957	2.785.681	5.008.387	8.162.025
Depósitos de clientes	14	325.489	398.705	298.896	1.023.090
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	15	501.841	148.713	420.876	1.071.430
Total		1.195.287	3.333.099	5.728.159	10.256.545

23. Limites operacionais

O Banco possui estrutura de gerenciamento de capital, que visa manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01 de Março de 2013, compatível com os riscos de suas atividades.

Existe ainda a parcela Rban, que se refere à exposição de risco de taxa de juros da carteira Banking. A parcela Rban não é considerada para efeitos de PR. Atualmente é utilizada a metodologia EVE para o cálculo das exposições.

No Brasil, o índice de Basileia estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a abordagem padronizada é de 11%. Como prática de boa governança o GEGC, responsável pela gestão de capital local, estabeleceu um nível mínimo de gestão de 12,5% de índice de Basileia, garantindo uma posição confortável diante dos reguladores, agências de rating sem comprometer o retorno sobre o capital. Caso o índice esteja abaixo de 12,5% o GEGC avaliará as tendências/previsões futuras e definirá planos de contingência caso necessário.

Para o Índice de Imobilização, o GEGC mantém como limite o percentual máximo estabelecido pelo Banco Central do Brasil (50% do Patrimônio de Referência - PR).

O GEGC revisará e aprovará esses limites anualmente ou tempestivamente quando houver mudanças significativas na legislação.

Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC)

A Diretoria Estatutária é o órgão responsável pela aprovação da Política de Gestão de Capital. O quórum mínimo de aprovação exige dois diretores estatutários, sendo um deles o Diretor Responsável por Gestão de Capital.

O Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC) é o órgão sênior local responsável pela supervisão da gestão de capital no Grupo GMAC.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Tesouraria; Diretor de Risco Atacado.

Políticas, estratégias e mensuração

Para fins de cálculo e alocação de capital regulatório mínimo, o Banco GMAC S/A e o GMAC Administradora de Consórcio Ltda., tratados neste documento como GMAC, adotam a abordagem Padronizada e Simplificada (Resolução CMN 4.193) tendo como métrica de acompanhamento o cálculo do Patrimônio de Referência (PR).

Além do monitoramento do PR, de acordo com política global de planejamento e gestão de capital, a GMAC deverá levar em consideração em suas tomadas de decisões fatores que incluem:

- Níveis, tendências e comparações do capital em relação a ativos ponderados pelo risco, riscos correntes e previstos, e outros fatores estratégicos;
- Os riscos e níveis de capital em relação a empresas do conglomerado, desde que existam informações disponíveis para o público;
- O montante de Capital Regulatório (PR) necessário para cobrir perdas inesperadas decorrentes de todos os riscos relevantes;
- Classificação das Agências de Rating.

O Banco não apresenta instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência Nível II.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1	1.459.847	1.239.552
Patrimônio de Referência (a)	1.459.847	1.239.552
Alocação de Capital (por risco)		
- Risco de Crédito	11.631.551	9.985.824
- Risco de Mercado	18.355	21.628
- Risco Operacional	87.206	82.431
Patrimônio de Referência Exigido (b)	1.279.534	1.098.441
Margem (a-b)	180.313	141.111
Índice de solvabilidade	11,75%	11,55%

(i) $\text{Índice de solvabilidade} = \text{Patrimônio líquido ajustado} / (\text{Patrimônio de Referência Exigido} + \text{Risco Operacional}) * 11\%$